



# Exibir Ato



**Decreto 1575 - 1 de Junho de 2015** [Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#)

Publicado no [Diário Oficial nº. 9464](#) de 2 de Junho de 2015

**Súmula:** Regulamenta o artigo 6º da Lei Estadual nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI da Constituição Estadual e considerando o disposto na Lei Estadual nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012 e na Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995 e ainda,

Considerando a necessidade de consolidar a regulamentação das disposições acerca das modalidades de concessões de serviços públicos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual;

DECRETA:

**CAPÍTULO I**  
**DO CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES**  
**Seção I**  
**Da composição**

**Art. 1.º** O Conselho Gestor de Concessões – CGC, diretamente subordinado ao Governador, será composto pelos seguintes membros:

**I** - Chefe da Casa Civil, como Presidente;

**II** - Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador como Vice-Presidente;

**III** - Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

**IV** - Secretário de Estado da Administração e da Previdência;

**V** - Secretário de Estado da Fazenda;

**VI** - Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística;

~~**VII** - Procurador Geral do Estado, e~~  
[\(Revogado pelo Decreto 1739 de 24/06/2015\)](#)

**VIII** - Diretor Presidente da Fomento Paraná.

§ 1º Nas hipóteses de ausência ou impedimento, os membros do CGC serão representados por substitutos,

por eles designados, por meio de “Carta de Representação”, a qual deverá ser entregue ao Secretário Executivo do CGC, para que o mesmo possa ter direito a voto na reunião.

**§ 2º** O Presidente do CGC será substituído, em seus impedimentos e afastamentos eventuais, pelo Vice-Presidente.

**§ 3º** Participará das reuniões do Conselho Gestor, com direito a voz, o titular da Secretaria Estadual à qual se vincule o órgão ou entidade interessada em determinado projeto de concessão.

**§ 4º** Consideram-se impedidos os membros do CGC:

- I** - que tenham interesse econômico ou financeiro na realização da concessão, por si, por seu cônjuge ou por parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau; ou
- II** - que tenham vínculo, ou cujo vínculo tenha cessado a menos de 02 (dois) anos, como sócio, presidente, diretor, conselheiro ou empregado, com empresa ou sociedade interessada na realização da concessão.

**§ 5º** O membro do CGC também poderá declarar-se impedido por motivo íntimo, não sendo obrigado a declinar os motivos.

## **Seção II**

### **Das Competências**

**Art. 2.º** Compete ao CGC a aprovação de todos os projetos de concessão de serviços públicos de responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta Estadual, inclusive acerca do Programa de Parcerias Público-Privadas - Paraná Parcerias de que trata a Lei Estadual nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

**Art. 3.º** Cabe, ainda, ao CGC:

- I** - Definir as atividades, obras ou serviços considerados prioritários para a execução no regime de concessões, bem como os critérios para subsidiar a análise sobre a conveniência e oportunidade de contratação sobre esse regime;
- II** - Apreciar sobre a oportunidade e conveniência das solicitações de Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, observados os requisitos para o registro, a seleção e a aprovação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações;
- III** - Aprovar as Resoluções de Chamamento para realização de PMIs, quando solicitada por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta Estadual e autorizar a sua publicação;
- IV** - Analisar os projetos, estudos, levantamentos, investigações ou soluções tecnológicas quando elaboradas pela própria Administração Pública Estadual, que possam eventualmente, ser utilizados em eventual licitação;
- V** - Aprovar a modelagem aplicável a cada projeto de concessão, bem como autorizar a abertura de procedimento licitatório, termos, forma e critérios de avaliação das propostas para a elaboração dos instrumentos convocatórios e seus anexos;
- VI** - Decidir sobre a oportunidade e conveniência de realização de consultas e/ou audiências públicas dos projetos de concessão, nos moldes da legislação vigente;
- VII** - Deliberar sobre a oportunidade e conveniência da abertura de processo de licitação e aprovar os instrumentos convocatórios submetidos à sua análise, vinculada ao parecer de legalidade da Procuradoria Geral do Estado e, quando for o caso, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura – AGEPAR;

**VIII -** Gerir o Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias);

**IX -** Deliberar sobre a proposta preliminar de projetos de concessão;

**X -** Solicitar e definir, quando for o caso, a forma de contratação de estudos técnicos sobre projetos de concessão, após deliberação sobre a proposta preliminar; bem como provar os resultados dos estudos técnicos realizados;

**XI -** Decidir sobre a alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de concessão;

**XII -** Estabelecer os procedimentos básicos para o acompanhamento e a avaliação periódica dos contratos de concessão;

**XIII -** Fazer publicar os atos e deliberações de suas reuniões em sítio da Internet disponível para este fim;

**XIV -** Aprovar a minuta do relatório anual das atividades desenvolvidas no período e de desempenho dos contratos de parcerias público-privadas a que se refere o art. 8º da Lei Estadual nº 17.046/2012, a ser enviado no último trimestre de cada ano;

**XV -** Aprovar seu Regimento Interno.

§ 1º Os órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta Estadual, sempre que solicitados, encaminharão ao CGC relatórios e informações sobre a execução dos contratos de concessão, dos quais sejam partes ou tenham a participação de outras entidades vinculadas.

§ 2º Todas as deliberações do CGC serão subsidiadas por pareceres e informações da Secretaria Executiva e do Grupo Técnico de Análise às Concessões.

§ 3º Quando se tratar de contratação de parceria público-privada, a divulgação dos instrumentos convocatórios deverá ser precedida de pronunciamento fundamentado:

**I -** Da Secretaria de Estado da Fazenda, no que tange a viabilidade financeira do Projeto; e

**II -** Do Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas do Paraná – FGP/PR, quanto à viabilidade e forma de Garantia do Projeto.

§ 4º A participação no CGC não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

§ 5º A autorização e a aprovação previstas no inciso V deste artigo não suprem a autorização específica do ordenador de despesa, nem a análise e a aprovação das minutas de edital e de contrato pelo órgão estadual que realizar a licitação de concessão.

**Art. 4.º** Os atos do CGC, expedidos no exercício de suas atribuições legais e regulamentares tem a seguinte nomenclatura:

**I -** Resolução: ato de natureza normativa ou aprobatória de matéria de competência do CGC;

**II -** Ato Declaratório: ato de natureza normativa declaratória de direitos e obrigações resultantes de licitações e de projetos de Concessões;

**III -** Instrução Normativa: ato relativo ao funcionamento do CGC ou da Secretaria Executiva; e

**IV -** Decisões: desprovidas de caráter normativo, resultantes da competência de fiscalização e supervisão ou advindas das deliberações preliminares.

**Art. 5º.** Compete ao Presidente do Conselho Gestor:

**I** - Convocar e presidir as reuniões do CGC;

**II** - Aprovar o encaminhamento das matérias ao CGC e definir a pauta de reuniões;

**III** - Manifestar-se, publicamente, em nome do CGC;

**IV** - Enviar, à Assembleia Legislativa, relatório anual detalhado das atividades desenvolvidas, a que se refere o inciso XIV do artigo 3º deste Decreto;

**V** - Encaminhar, ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação, as informações necessárias para cumprimento do previsto no artigo 21 da Lei Estadual nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012; e

**VI** - Manifestar-se acerca dos pedidos de prorrogação de prazos dos estudos e projetos.

**Art. 6º.** Compete ao Vice-Presidente:

**I** - Substituir o Presidente do CGC nos casos de ausência ou impedimento;

**II** - Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções; e

**III** - Desempenhar, por delegação do Presidente, outras funções que lhe sejam atribuídas.

### **Seção III** **Das Reuniões e Deliberações**

**Art. 7º.** O CGC reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês.

§ 1º O Presidente do CGC poderá, justificadamente, dispensar a realização da reunião ordinária ou convocar reuniões extraordinárias, sempre que julgar necessário ou mediante solicitação de qualquer membro.

§ 2º Os avisos de convocação para as reuniões do CGC indicarão detalhadamente a pauta da reunião e serão entregues aos membros com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, acompanhados da documentação e informações relativas à matéria a ser apreciada.

§ 3º Das reuniões do CGC serão lavradas Atas em registro próprio, assinadas por todos os membros presentes e publicadas em sítio eletrônico, sendo documentadas eventuais ressalvas ou discordâncias.

§ 4º Poderão participar das reuniões do CGC, com direito a voz e sem direito a voto, o titular do órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta a qual se refere o respectivo projeto em deliberação.

**Art. 8º.** As deliberações do CGC serão tomadas por maioria de votos dos seus membros, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade.

**Art. 9º.** O CGC contará com um Secretário Executivo, indicado pelo seu Presidente, e vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, ao qual compete o apoio administrativo necessário ao desempenho de suas competências, cabendo ainda:

**I** - Preparar as reuniões do CGC, subsidiando informações e documentos necessários à análise e deliberações, bem como enviar os avisos de convocações para as mesmas;

**II** - Secretariar e elaborar as Atas das reuniões do CGC, providenciando em seguida, a sua publicação no sítio eletrônico;

**III -** Minutar os atos expedidos pelo CGC;

**IV -** Fornecer o apoio administrativo necessário ao exercício das competências do CGC;

**V -** Fazer publicar, em sítio da internet; os atos e deliberações do CGC;

**VI -** Manter, na rede mundial de computadores, sítio para divulgação dos relatórios, atas e demais documentos de interesse público relativos a projetos de concessão, ressalvadas as informações sigilosas;

**VII -** Manter arquivo dos documentos elaborados pelo CGC;

**VIII -** Receber, formalizar e transmitir os processos a serem submetidos à apreciação do CGC;

**IX -** Elaborar, quando necessário, as minutas de Resolução de Chamamento, bem como os instrumentos necessários ao procedimento licitatório, conforme as diretrizes e parâmetros estabelecidos pelo GTAC e aprovados pelo CGC;

**X -** Convocar as reuniões do GTAC, registrando em ata todas as suas deliberações e decisões;

**XI -** Instruir os processos relativos às concessões, contendo todos os estudos, levantamentos, investigações, atas de reuniões, deliberações do CGC e demais documentos pertinentes; e

**XII -** Exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CGC.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO GRUPO TÉCNICO DE ANÁLISE ÀS CONCESSÕES – GTAC**

**Art. 10.** Fica instituído, permanentemente, o Grupo Técnico de Análise às Concessões – GTAC, ao qual competirá a avaliação e aprovação técnica de todos os projetos de concessão de serviços públicos da Administração Pública Direta ou Indireta Estadual, cabendo ainda:

**I -** Fornecer o apoio técnico necessário ao exercício das competências do CGC;

**II -** Prestar assistência direta aos membros do CGC;

**III -** Acompanhar a implantação das deliberações e diretrizes fixadas pelo CGC;

**IV -** Prover suporte técnico aos membros do CGC, inclusive quanto à análise e recomendação de projetos;

**V -** Opinar sobre as propostas preliminares de projetos de concessão, para subsidiar as deliberações do Conselho Gestor de Concessões;

**VI -** Realizar estudos, levantamentos e investigações e analisar os respectivos projetos cuja proposta preliminar já tenha sido submetida ao Conselho Gestor de Concessões, manifestando-se formalmente sobre o seu resultado;

**VII -** Prestar assessoramento técnico na elaboração de projetos e contratos, especialmente no que tange à modelagem técnica, econômico, financeira e jurídica aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná;

**VIII -** Propor termos, forma e critérios de avaliação das propostas para a elaboração da Minuta de Edital para os projetos de concessão aprovados;

**IX -** Acompanhar e analisar formalmente os estudos, projetos, levantamentos e investigações das PMIs autorizadas pelo CGC;

**X** - Acompanhar a implantação e gestão dos contratos de concessão, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho Gestor de Concessões;

**XI** - Especificamente nos contratos de parcerias público-privadas, acompanhar às etapas, atos e eventos que gerem impactos orçamentários ou financeiros em face do Estado ou do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP/PR, efetivo ou potencial, bem como repercussão no limite de comprometimento de despesas de caráter continuado previsto no artigo 28 da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

**XIII** - exercer outras atividades a ele atribuídas pelo CGC.

**XII** - Orientar os órgãos estaduais que pretendem celebrar contratos de concessão de serviços públicos;

**Art. 11.** O GTAC terá a seguinte composição:

**I** - um representante da Casa Civil;

**II** - um representante da Chefia de Gabinete do Governador;

**III** - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

**IV** - um representante da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência;

**V** - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

**VI** - um representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística;

~~**VII** - um representante da Procuradoria Geral do Estado;~~  
[\(Revogado pelo Decreto 1739 de 24/06/2015\)](#)

**VIII** - um representante da Fomento do Paraná.

§ 1º Os membros do GTAC serão indicados pelos Secretários de suas respectivas pastas.

§ 2º A função de membro do GTAC não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

§ 3º Caberá à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

**I** - adotar as providências para instalação, designação dos membros e para o apoio técnico e administrativo necessário ao desempenho das competências do GTAC, bem como expedir normas e orientações sobre o seu funcionamento; e

**II** - a execução programática relativa aos projetos de concessão, elaborando, desenvolvendo e acompanhando os estudos, levantamentos ou investigações dos projetos de concessão que serão levados a análise do GTAC.

§ 4º O GTAC, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da sua constituição, deverá submeter ao CGC o inventário dos projetos de concessão e o plano de execução das suas atividades de estudo e avaliação desses projetos.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO GRUPO TÉCNICO SETORIAL - GTS**

**Art. 12.** Denomina-se Secretaria Setorial a pasta a que estejam vinculados os órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual que tenham interesse direto em determinado projeto de concessão.

**Art. 13.** Caberá à Secretaria Setorial formar um Grupo Técnico Setorial – GTS para atuar nos processos de concessões afetos à suas competências em conjunto com o GTAC.

§ 1º Compete às Secretarias que tenham interesse em determinado projeto garantir o assessoramento técnico em todas as fases do projeto, bem como a emissão de pareceres técnicos, quando necessário.

§ 2º Caberá à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

**I** - Adotar as providências para instalação, designação e desempenho das competências do GTS, bem como expedir as normas e orientações sobre o seu funcionamento;

**II** - A execução programática relativa aos projetos de concessão, elaborando, desenvolvendo e acompanhando os estudos, levantamentos ou investigações dos projetos de concessão.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 14.** Os representantes dos órgãos ou entidades da Administração Pública Direta e Indireta Estadual são responsáveis pela exatidão e pelo fornecimento das informações necessárias às deliberações do CGC.

**Art. 15.** O CGC estabelecerá a forma e o conteúdo do relatório de acompanhamento da execução dos contratos de concessão, que serão enviados periodicamente pelos órgãos ou entes contratantes.

**Parágrafo único.** O CGC poderá condicionar a aprovação de projetos de concessão ao cumprimento, pelo órgão ou ente proponente, das normas relativas ao acompanhamento da execução dos contratos já celebrados.

**Art. 16.** As solicitações do CGC serão atendidas com prioridade por todos os órgãos ou entes da Administração Pública Direta ou Indireta Estadual, devendo zelar pelo atendimento nos prazos indicados.

**Art. 17.** Os órgãos ambientais do Estado deverão priorizar as licenças ambientais dos projetos de concessão, bem como acompanhar o cumprimento das obrigações neles previstas.

**Art. 18.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando [revogados o Decreto nº 35, de 01 de janeiro de 2015 e os artigos do Decreto nº 5.272, de 16 de julho de 2012, exceto seu art. 7º.](#)

Curitiba, em 01 de junho de 2015, 194º da Independência e 127º da República.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
*Governador do Estado*

**ALEXANDRE TEIXEIRA**  
*Chefe da Casa Civil em exercício*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

Voltar

